



NOTA PÚBLICA

GOLPE NA HABITAÇÃO RURAL

Companheiros e Companheiras,

Aprovamos no congresso de fundação da nossa Confederação, realizado em maio deste ano de 2016, a posição de não reconhecer esse governo golpista. Deliberamos por nos manter alinhados à Central Única dos Trabalhadores em defesa dos direitos da classe e integrar a Frente Brasil Popular como instrumento de luta, resistência e oposição ao golpismo.

Fizemos isso anunciando que temos lado, temos posição e responsabilidade no processo de construção das diversas políticas públicas elaboradas nos governos Lula e Dilma, as quais dialogaram com a realidade dos sujeitos do campo. E não poderia ser outra nossa posição.

O governo golpista vem dia a dia mostrando a que veio. Retirando direito dos trabalhadores, desativando ministérios estratégicos que tratavam com os setores sociais vulneráveis, desestruturando políticas sociais e anulando e extinguindo espaços de diálogos que outrora foram criados.

Focando nosso olhar para o tema da habitação rural temos acompanhado as mudanças feitas pelo ministro golpista do ministério das cidades, Bruno Araújo, nas portarias do Minha Casa Minha Vida e a mais recente posição durante audiência pública ocorrido no dia 13 de julho, na Câmara dos Deputados, proibindo a participação da sociedade civil nos processos decisórios.

A afirmação do ministro paralisa as contratações da faixa 1 do Programa, não reconhece o GT rural como espaço do diálogo e não reconhece a abrangência das organizações e cooperativas das Entidades Organizadoras, que ao longo dos anos operam o Programa. Para o ministro, a entidade tem que ser do próprio local, do empreendimento.

Vivemos um desmonte de tudo o que construímos nos últimos três anos de diálogo. O conceito da participação social, do controle da sociedade civil no processo de elaboração de projetos, no processo de construção das moradias e de monitoramento está sendo excluído.

O governo golpista, além de acabar com o maior Programa de moradia instituído no País, quer cassar o direito da participação dos beneficiários. Está explícito na atitude do ministro a intenção do aparelhamento político do direito à habitação.

Já prevíamos isso e está cada vez mais evidente que não há diálogo que resista a esse governo golpista. Nesse latifúndio de impunidades o que nos resta é nossa capacidade de fazer a luta. Temos nos últimos três anos propiciado possibilidades concretas de unificar nossa pauta em torno da habitação. O desafio que se impõe nesse momento é unificar nossa luta.